

A CONDIÇÃO HUMANA FRENTE À SOCIEDADE TECNOLÓGICA

Por: Jansen Filho¹

Segundo o antigo mito grego de Prometeu, a humanidade, em seu alvorecer, alimentava-se apenas de frutas e carne crua. Não tinham armas eficazes para defender-se dos animais selvagens e não possuíam instrumentos adequados para cultivar a terra ou construir sua moradia. Prometeu, tomado de compaixão pela miséria humana, roubou uma centelha de fogo das forjas de Hefestos e levou-a, como oferenda, aos homens. A humanidade conheceu desde então, com o fogo, a felicidade de viver melhor, de comer um alimento menos selvagem, de receber a luz, de aquecer-se e em fim, com o seu trabalho, transformar a natureza de forma favorável à sua sobrevivência.

Este mito demonstra que existe uma relação de intencionalidade entre a teoria e a prática na ação humana. Antes da execução de seu trabalho, o homem planeja, elabora um projeto e traça uma finalidade. Ao por em prática seu planejamento este se sujeita a alterações no decurso da ação, fazendo com que haja evolução dos processos empregados, assim movendo e construindo a própria história. O trabalho, então além de transformar a natureza, humanizando-a, transforma o próprio homem. “*Pelo trabalho o homem se autoproduz: desenvolve suas habilidades, a imaginação; aprende a conhecer as forças da natureza e a desafiá-las; aprende a conhecer suas próprias forças e limitações; relaciona-se com os companheiros e vive os afetos de toda relação; impõe-se uma disciplina. O homem não é sempre o mesmo pois o trabalho altera a visão que ele tem do mundo e de si mesmo.*” (ARANHA, 1998 p.) Embora o trabalho esteja íntima e diretamente ligado ao processo de auto produção do ser humano e a realização do mesmo, o significado da palavra tem uma origem bem menos nobre. Provém do “vocábulo latino *tripaliare*, do substantivo *tripalium* aparelho de tortura formado por três paus, ao qual eram atados os condenados, ou que também servia para manter presos os animais difíceis de ferrar. Daí a associação

¹ Professor de Filosofia e coordenador da revista PAIDEIA.

do trabalho com tortura, sofrimento, pena, labuta.” (ARANHA, 2003). A base desta relação pejorativa entre trabalho e sofrimento está alicerçada no sujeito da ação e na finalidade da mesma. Ao traçarmos uma linha evolutiva do modo de produção e do trabalho humano perceberemos que a partir do desenvolvimento das técnicas de agricultura começam a aparecer noções de propriedade e de produto excedente criando-se condições para a existência de divisão de classes sociais. A economia expande-se e da primitiva troca de espécies passa-se ao comércio mediato pela moeda.

Neste período as maiores civilizações ocidentais, como a grega e a romana, consideravam que o trabalho manual era atividade prioritária de escravos, portanto exercido por uma classe desvalorizada e inferior. Na medida em que esses homens, tornados escravos, concentravam suas ações sobre projetos e aspirações estranhas às suas próprias, o trabalho perdia não apenas o sentido de realização da pessoa humana, mas esmagava o próprio ser do homem ao retirar-lhe a liberdade. Dentro desta conjuntura é impossível a dissociação entre trabalho e sofrimento.

Durante o período medieval a tradição judaico-cristã ajudou a reforçar esta visão negativa do trabalho ao ligá-lo a pena conseqüente da desobediência de Adão e Eva no paraíso. Estes, e toda sua posterior geração, doravante deveriam sobreviver com o suor do próprio rosto, plantando o próprio alimento, fabricando o próprio instrumento de trabalho, entre outros esforços decorrentes do pecado.

Porém, na segunda metade da Idade Média o comércio se desenvolve e a indústria assume novas formas de organização. Proporciona-se novas fontes de riquezas que não mais dependem diretamente da propriedade da terra, assim se possibilita o surgimento da burguesia como nova classe social emergente.

Num primeiro momento o artesão rural submete-se as determinações do burguês que é dono do empreendimento. Nesta situação o artesão ainda domina o processo global de trabalho, conservando a capacidade de decidir como produzi-lo, mas perde o controle dos seus objetivos e do que por ele é produzido. Ao artesão ainda é possível dispor do espaço , tanto que, o utilizado era o mesmo para o desenvolvimento da

vida familiar, para as atividades de consumo e ócio e para as funções produtivas. O trabalhador também é dono de seu próprio tempo e o tempo, segundo Marx, é o espaço em que se desenvolve o ser humano.

Esta concepção começa a se modificar já na renascença onde o trabalho é visto “como estímulo para o desenvolvimento do homem representando a expressão de sua personalidade e individualidade. Viam o homem como ser capaz de realizar qualquer coisa e que se tornava criador a partir da atividade desempenhada, por isso o trabalho ser considerado a melhor maneira de preencher a vida” (SCHAFER, 1998 p. 52). Este período, e posteriormente o próprio iluminismo é marcado pelo movimento antropocêntrico do pensamento. Importava trazer o homem e sua existência para o centro das investigações científicas. Resgatar seu valor através do pensar crítico e da ação sobre o mundo. Ou seja, educação e trabalho seriam as chaves para a humanização e emancipação do homem.

No século XVII instala-se inicialmente na Inglaterra a Revolução Industrial e com ela a maquinofatura. É o período em que se desenvolvem e passam a ser usado outros tipos de energia, diferentes da humana, possibilitando-se o uso de máquinas na execução de parte do trabalho que antes era totalmente desempenhado pelo homem.

Será necessário a ele aprender a lidar com a máquina, adaptar-se a ela. Conhecer, somente o ofício já não é o suficiente. Precisa adaptar-se porque agora será ela que determinará o trabalho, definindo seu ritmo e sua organização. A maquinaria providencia maior fragmentação da atividade do trabalhador, como também aumenta a distância dele com o fruto do seu trabalho, intensificando-se assim a sua alienação.

Nesta nova forma de produção industrial o trabalhador assalariado deve submeter-se aos ritmos impostos pela maquinaria e às normas de rendimento estabelecidas pela direção. Assim ele não controla nem a duração nem a intensidade de seu trabalho. Desenvolve o trabalho em função das necessidades impostas pelo mercado. Sua liberdade de ação será definida pela realidade que o rodeia. Daí que o projeto e a visão antecipada do produto, que torna o trabalho do homem

propriamente humano, hoje não está sendo possível na produção industrial mecanizada em série, efetivando-se uma construção da desumanização, uma vez que o trabalhador vê-se impossibilitado de conter em sua mente a construção antes de construí-la e incapacitado de antever o produto em sua totalidade, que passou a ser tarefa da máquina. O trabalhador passou a ter uma visão fragmentada e parcial do processo de produção. Com o desenvolvimento da sociedade capitalista de mercado, começou a ser elaborado entre as classes dominantes uma nova concepção do valor do trabalho. Segundo Adam Smith, teórico desta nova ordem econômica e social, o trabalho deve garantir a seguinte condição mínima ao ser humano que vende sua força de trabalho:

“Um homem deve sempre viver por seu trabalho, e seus ganhos devem pelo menos, ser suficientes para sua manutenção. Devem, mesmo, na maioria das ocasiões, ser um pouco mais; do contrário, seria impossível para ele manter a família, e a raça de tais trabalhadores não poderia durar além da primeira geração. (...) a espécie mais inferior de trabalhadores comuns deveria sempre ganhar pelo menos o dobro da sua própria manutenção, de modo que, uns com os outros, possam sustentar duas crianças; e o trabalho da esposa, por ter de atender necessariamente às crianças, é suposto não mais que o suficiente para ela mesma.”
(SMITH, 1999, p.55)

O mundo liberal reduz toda a realização humana do operário basicamente no simples sobreviver e procriar novas gerações. Não há nenhuma preocupação sincera com suas verdadeiras aspirações ou mesmo condições que lhe garantam uma melhor qualidade de vida. E mesmo quando isso parece acontecer, o fim último é sempre a manutenção da maior produtividade, da sociedade de consumo e do lucro. Exemplo disso temos no taylorismo e principalmente no fordismo onde a brutalização do

trabalhador através do ritmo padrão de tempo e de produção ditado pela máquina era compensado por salários mais altos.

Apesar das condições humanas do trabalhador sejam degradantes neste período isto não chega a incomodar o próprio capitalista, pelo contrário sua preocupação prioritária continua a ser o aumento da produção e conseqüentemente do lucro. Foi para sanar esta necessidade que o norte americano Winslow Taylor se atém no esforço de descobrir como deve ser organizado o trabalho para que se tire o melhor proveito da produção.

Conforme as observações de Taylor, para se organizar cientificamente o trabalho numa fábrica, faz-se necessário estudar com minuciosa precisão o trabalho de cada um dos trabalhadores, adaptando-se às suas tarefas, guiando-os, orientando-os, fazendo deles colaboradores e neles despertando a compreensão da parte efetiva que lhes cabe na gestão da empresa.

Ele conclui que o tempo em que um homem sozinho era conhecedor de todo processo de produção da fábrica estava chegando ao fim. Com a fragmentação do fazer, reduz-se o saber do operário retirando deste uma de suas principais armas: o conhecimento do todo.

Introduz-se, assim, a divisão do trabalho no processo de manufatura. Esta nova forma de produção industrial vê-se intensificada. Cada trabalhador executa apenas uma ou algumas poucas tarefas determinadas, conseqüentemente perdendo o conhecimento global do processo de produção, especializando-se em poucas atividades. Aqui o lugar de produção é separado do lugar de residência que também é separado do lugar dos ritos sociais. “A divisão do trabalho do período manufatureiro traz consigo, portanto, a divisão entre mão e cérebro, entre o pensar e o fazer. Assim, não só o trabalho se divide, mas ao se separar, cinde o próprio homem.” (MACHADO, 1994 p. 45)

Uma das prerrogativas para a manutenção do regime capitalista era a inserção de uma educação diferenciada, dirigida às classes operárias. O próprio Adam Smith, um dos defensores desta teoria, afirmava que uma educação básica,

dada em “doses homeopáticas” era de fundamental importância para torná-los mais aptos à convivência em sociedade e se inserir no processo produtivo tornando-os mais flexíveis, com pensamento mais ágil e mais adequado à vida moderna (SAVIANI, 1996). Num determinado momento, educação, trabalho e capital uniram-se para formar o novo homem que a nova ordem exigia.

No século XIX as condições subumanas recrudescem: extensas jornadas de trabalho, de dezesseis a dezoito horas, sem direito a férias, sem garantia para a velhice, doença e invalidez; arregimentação de crianças e mulheres, mão-de-obra mais barata; condições insalubres de trabalho, em locais mal iluminados e sem higiene; mal pagos, vivendo mal alojados e em promiscuidade.

Apesar disso, era uma preocupação da burguesia que o povo tivesse acesso à educação, pois isto seria útil para a manutenção de seus interesses, aumentando seu próprio poder e, conseqüentemente, reduzindo o da Igreja, alicerçando assim os princípios da nova ordem.

Educação e trabalho: o homem em processo de desconstrução

“O trabalho gera riqueza, produtividade e propriedade. Mas pensar o trabalho é também cogitar sobre as desigualdades, pobreza, relações de dominação e submissão que ele engendra.” (BASTOS, 2000 p.20). O trabalho, no atual contexto em que vivemos, está associado à exploração do homem sobre o homem provocando um deslocamento de sua realização do ser para o ter. Porém, nas sociedades primitivas, tanto o trabalho quanto os frutos que este proporcionava era absorvido de forma eqüitativa por todos do grupo. Este tipo de organização, também chamado de modo de produção comunal, garantia uma sociedade livre de desigualdades, pobreza e dominação por diferenciações de classes. No próprio processo de produção de sua existência o homem se educava, na lida diária com a terra, na manufatura de utensílios e na vivência da cultura. Neste sentido, trabalho e educação eram dois elementos indissociáveis de um único processo. Na medida em que o homem vai se fixando na terra, e dela tomando posse, surge a propriedade privada e a sociedade se

divide nos que possuem terra e nos que não à possuem. Nasce, assim, a sociedade de classe. O fato de alguns serem proprietários de terras lhes dá a confortável condição de poderem viver sem trabalhar, já que os não proprietários acabavam trabalhando nestas terras tendo que sustentar não apenas a si mesmo e a sua família, mas também o dono da propriedade.

Neste nova condição social a educação começa a ser dissociada do trabalho já que surge uma classe ociosa, que não precisa trabalhar para produzir sua existência, e outra que trabalha e tem de lidar com soluções referentes a esta atividade. “Surge uma educação diferenciada. E é aí que está localizada a origem da escola. A palavra escola em grego significa o lugar do ócio. Portanto a escola era o lugar que tinham acesso as classes ociosas.” (SAVIANI,1994 p.152) Enquanto as classes menos privilegiadas continuavam seu aprendizado no próprio processo do trabalho, na prática e na labuta do dia-a-dia, as classes mais abastadas eram educadas na escola, recebendo educação diferenciada, abstrata e voltada para as questões consideradas mais elevadas.

Na Idade Média este modelo é continuado, com a diferença que, com o modo de produção feudal, o trabalho escravo dá lugar ao trabalho servil. Nas cidades as crianças, geralmente a partir dos sete anos, eram confiados a algum mestre que, além de alimentá-lo e vesti-lo, lhe daria formação moral e religiosa e ensinaria seu ofício. Ao final de todo processo educativo estava formado um novo cidadão, consciente de seu lugar na sociedade e um profissional em seu ofício, preparado para transmitir e dar continuidade ao modelo que lhe foi ensinado. “Em uma época em que as relações de produção são atravessadas de cima a baixo por relações sociais de dependência, a criança que é enviada como aprendiz-servente a outra família está aprendendo algo mais que um ofício ou boas maneiras: está aprendendo as relações sociais de produção.” (ENQUITA, 1989 p.107)

Entre a nobreza o papel social da educação não era muito diferente. As escolas paroquiais, catredalícias e monacais eram instituições voltadas para a educação das classes dominantes. Nelas os jovens aprendiam técnicas de combate e

habilidades de cavalaria, além de que modos de conduta cortesões. Assim sendo toda educação se concentrava nestes dois aspectos, a arte militar e o da vida aristocrática.

Temerário seria afirmar que todo este processo educacional, tão comprometido com a manutenção do status quo vigente, tem esta característica pautada numa formulação teórica. As relações sociais de então eram regidas pelo o que convencionou-se chamar de “lei natural”. A mobilidade social era inexistente devido a rigidez estamental, a nobreza era adquirida por hereditariedade, assim como a servidão ou o ofício de artesão também o era. Assim sendo não havia uma teoria sistematizada da educação como instrumento de controle social, mas simplesmente como meio de garantir a transmissão e o aprendizado das técnicas culturais que nada mais são que “as técnicas de uso, produção e comportamento, mediante as quais um grupo de homens é capaz de satisfazer suas necessidades, proteger-se contra a hostilidade do ambiente físico e biológico e trabalhar em conjunto, de modo mais ou menos ordenado e pacífico.” (ABBAGNANO, 2000 p.305) É exatamente sobre esses interesses que estão voltados o fim último da educação medieval, independente para qual extrato ela é dirigida.

Esta concepção começou a se modificar e a se complexificar na medida em que as relações naturais foram dando lugar as relações contratuais. Esta transição deu-se já na Idade Moderna com o advento de uma novo modo de produção: o capitalismo.

No novo regime dá-se a superação da sociedade organizada pelo direito natural. Doravante esta organização se estabelece através do direito positivo, “um direito estabelecido formalmente por convenção contratual. É por isso que os ideólogos da sociedade moderna vão fazer referência ao chamado contrato social e à sociedade como sendo organizada através de um contrato e não por laços naturais.” (SAVIANI, 1994 p. 155). Nesta perspectiva tudo muda. O homem já não é mais presa da fatalidade da estratificação social, ele agora possui liberdade e esta liberdade está estreitamente ligada ao seu direito à propriedade. O trabalhador é

proprietário de sua força de trabalho, esta pode ser vendida livremente ao capitalista através de um contrato entre as partes.

Estas mudanças trouxeram um impacto brutal sobre a educação. Até então a aprendizagem literária era algo bastante secundária e visto muitas vezes como sem importância tanto por artesãos quanto pela nobreza. Porém agora, por força do contrato, ler era uma habilidade indispensável tanto para empregados quanto para empregadores. Mas havia uma necessidade educacional ainda maior a ser sanada com o desenvolvimento da sociedade industrial, preparar desde a infância os futuros trabalhadores, dando-lhes a disciplina e a docilidade civilizada exata que o sistema de maquinofatura exigia.

Portanto era uma preocupação da burguesia que o povo tivesse acesso à educação, pois isto seria útil para a manutenção de seus interesses, aumentando seu próprio poder e, conseqüentemente, reduzindo o da Igreja, alicerçando assim os princípios da nova ordem. Por outro lado “temiam as conseqüências de ilustrar demasiadamente aqueles que, ao fim e ao cabo, iam continuar ocupando os níveis mais baixos da sociedade, pois isto poderia alimentar neles ambições indesejáveis.” (ENGUIITA, 1989 p.110).

A educação neste ponto da história humana ganha uma lógica e uma função ideológica fulminante. Seu fim já não é de simples mantenedora da vida e da cultura como na Idade Média, agora ela ganha status de poderoso instrumento de dominação e poder quando corretamente aplicada e direcionada. Porém neste processo ela também tem a força de ampliar a consciência do homem frente ao mundo que o rodeia, por isso ela é tão necessária quanto perigosa para as classes dominantes.

Os trabalhadores e os futuros trabalhadores deveriam ser educados de forma cautelosa para que não acabassem por se emancipar; para que não alcançasse autonomia suficiente a ponto de ter idéias próprias e pensar por si mesmo; para que não comesçassem a alimentar “ambições indesejáveis” ao sistema. O que se queria era uma educação voltada ao respeito à ordem social, formadora de um homem

resignado e disciplinado e que, tendo estes atributos, aceitasse trabalhar para outro e fazê-lo nas condições que este outro lhe impusesse.

Ressignificação do trabalho e instrumentalização humana

Nos últimos cem anos o mundo do trabalho foi representado e resignificado por uma torrente de inovações técnicas e conceituais que atingiram em cheio todas as formas pela qual o homem se relaciona com seu trabalho e com o fim último do mesmo. Do sucesso pragmático do taylorismo, elevada à sua última potência com a implementação do fordismo, trabalhador, trabalho e produto final se confundiram numa cruel uniformidade cuja tônica era a divisão do trabalho e a especialização funcional. Isto era possível na medida em que as fábricas dispunham do operário com capacidade cognitiva e física do tipo bovino: robusto, dócil e submisso. Para tanto, entre outros métodos de controle, eliminavam-se os mais politizados e críticos, premiavam-se os produtivos e puniam-se os indolentes.

Este paradigma só começou a declinar a partir da década de 1960 quando ocorreu uma reestruturação na lógica produtiva industrial ocorrida por mudanças no contexto econômico, político e social, que evidenciaram a necessidade de um novo paradigma de organização empresarial mais integrada e flexível, contrapondo-se ao modelo de empresa taylorista-fordista. Dentre outros fatores, as novas tecnologias de micro eletrônico e automação (hoje em processo de evolução cada vez mais acelerada) provocaram alterações significativas no processo de produção atingindo diretamente o próprio trabalhador. Se antes bastava a ele saber manipular a máquina e a ferramenta com destreza, sem precisar ir além do que seu trabalho especializado exigia, doravante, sob o signo das novas tecnologias, este princípio é alterado, justamente porque, para viabilizá-las, é necessário um trabalhador com qualificações distintas e mais complexas no próprio chão-de-fábrica.

Segundo um estudo executado em 1989 pelo Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IEI/UFRJ), onde foram

pesquisadas 134 empresas, 2/3 dos entrevistados, revelaram que um trabalhador qualificado é aquele que apresenta: “raciocínio lógico; habilidade para aprender novas qualificações; conhecimento técnico geral; responsabilidade com o processo de produção e iniciativa para a resolução de problemas” (IEI/UFRJ, 1989 apud ASSIS, 1994, p.194). Essas novas exigências, características de um novo conceito de produção, levaram as instituições à busca de um novo paradigma capaz de legar ao trabalhador qualificações mais complexas do que aquelas requeridas pelas empresas de modelo taylorista, o que implica um processo de rearticulação de saberes e fazeres que redundam numa profunda mudança nas relações de sustentação da sociedade, especialmente na base técnica e na base organizacional dos processos produtivos. Este processo não é homogêneo e tampouco sincrônico em todas as regiões, países, cadeias produtivas e empresas. Tampouco se materializa livremente, sem conflitos ou contradições, uma vez que distintos sujeitos sociais dele participam com interesses diversos e, por vezes, contraditórios, quando se aproximam mais do campo do capital ou do campo do trabalho. Podemos dizer, no entanto, que o processo é paradigmático, no geral sujeitos sociais distintos disputam concepções e práticas. É o caso, entre outros, dos organismos internacionais que atuam como intelectuais orgânicos do capital.

Nesse sentido, para favorecer esta rearticulação, organismos financeiros internacionais, como o BID e o Banco Mundial que historicamente estiveram sempre preocupados em patrocinar investimento em infra-estrutura modificaram, a partir da década de 70, seu foco passando a dirigir seus capitais em políticas sociais, principalmente nas áreas da saúde e da educação, para a promoção do que se convencionou chamar de “capital humano”. Pela nova nomenclatura com que se define o cabedal de habilidades e competências exigidas sobre o trabalhador frente ao mercado de trabalho nota-se claramente que estas instituições, ao financiarem a educação nos países subdesenvolvidos tem como principal meta atingir objetivos puramente econômicos, sem preocupação com a construção da dignidade humana e da inclusão social. Os próprios documentos de política do Banco Mundial trazem o

termo “alívio da pobreza”, deixando claro que tratam de políticas compensatórias que visam estabelecer graus articulados no mínimo, jamais de superação da exclusão social. Fecha-se assim o cerco a condição instrumentalizadora do ser humano. Reduzido ao “capital”, sua dignidade reside no valor de troca no novo sistema do capitalismo mundial. Um simples instrumento nas mãos de um sistema econômico hegemônico.

Se levarmos em consideração que o que caracteriza o humanismo é a capacidade de fazer do homem um fim em si mesmo, onde sua realização social se dá na rejeição de todo processo que tenta instrumentaliza-lo ou utilizá-lo como meio para a obtenção de fins exteriores a sua própria vocação humana, se aplicarmos este juízo sobre a relação entre trabalho, e capital no qual toda a sociedade está mergulhada e condicionada, perceberemos o quanto a racionalidade do sistema de produção e formação do individuo tem se tornado gradativamente anti-humana no decorrer da história. O processo de coisificação do homem busca impedi-lo de construir a si mesmo, sua consciência e sua história na medida em que a forma pela qual produz e reproduz suas condições de existência é obscurecida pela alienação. Nesse sentido, sob a hegemonia do capital, perde-se a capacidade de compreender o processo de constituição histórica do próprio ser, retirando do homem sua própria história e a possibilidade de ação sobre a mesma.

Porém, ainda que este seja o intento do capital e de seus intelectuais orgânicos, o “ciclo” não se fecha, por duas razões fundamentais: (I) para reproduzir-se e auto valorizar-se é questão de vida ou morte para o capital a continuidade da existência e da ação da força de trabalho, pois é ela que propicia a base de acúmulo de mais-valia no processo de produção e, pelo consumo, a auto-valorização do capital, no processo de circulação; (II) o processo não se dá sem contradição, assim sempre estão posta as possibilidades de resistência e ruptura: é o imponderável da história. Como dizia o poeta, para a utopia não há limites.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ASSIS, Marisa de. *A educação e a formação profissional na encruzilhada das velhas e novas tecnologias*. In: FERRETTI, Celso João... I et al. (orgs). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

BASTOS, João Augusto de Souza Leão de Almeida. **Desafios da apropriação do conhecimento tecnológico**, Curitiba: CEFET-PR, 2000.

ENGUITA, Mariano Fernandez. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva – Porto Alegre: Artes médicas, 1989.

FIDALGO, Fernando Silmar & MACHADO, Lucila Regina de Souza. **Controle da qualidade total: uma nova pedagogia do capital**. Belo Horizonte: Movimento da Cultura Marxista, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

SAVIANI, Demerval. *O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias*. In: FERRETTI, Celso João... I et al. (orgs). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SCHAFER, Jacira S. Scalvi. Capital x trabalho e Qualidade total x educação. In: **Revista Consciência**, Palmas, PR. Vol. 12 no.1, janeiro a junho de 1998.

SMITH, Adam. **Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações**. Tradução de Norberto de Paula Lima – Rio de Janeiro: Ediouro. 1998.